



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1019175-89.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Prestação de Serviços**
 Requerente: **Servtrônica Segurança Eletrônica Ltda**
 Requerido: **Grazieli Cristina Gonçalves Me**

Juiz de Direito: Dr. **Marcelo Luiz Seixas Cabral**

Vistos.

Servtrônica Segurança Eletrônica LTDA propôs ação de cobrança em face de **Grazieli Cristina Gonçalves – ME**. Alegou a existência de contrato firmado em janeiro de 2012, de prestação de serviços de segurança monitorada e locação do sistema de alarmes, com mensalidades no valor de R\$70. No entanto, em maio/2012, o valor das mensalidades foi ajustado para R\$73,00, ocasionando o pedido de cancelamento do contrato, que foi prontamente atendido. Pede-se o valor estabelecido pelo descumprimento do presente contrato na importância de R\$ 2.907,08.

Acostados à inicial, vieram os documentos de fls. 06/30.

A requerida, devidamente citada na pessoa de seu representante legal (fl. 69), manteve-se inerte ao presente feito.

É o relatório.

Fundamento e Decido.

Não havendo necessidade de produção probatória, pertinente o julgamento antecipado da lide, na forma do art 355, inciso I, do NCPC. Friso que a prova necessária é estritamente documental, sendo que o feito conta com um conjunto probatório suficiente para o desfecho da lide. Nesse sentido:

"Presentes as condições que ensejam o julgamento antecipado da causa, é dever do juiz, e não mera faculdade, assim proceder." (STJ, Resp. 2.832 – Rj, relator Ministro Sálvio Figueiredo, julgado em 04/12/91).

Trata-se de ação de ação de rescisão de contrato e cobrança de parcelas em aberto que a autora interpôs em face da ré, diante do inadimplemento quanto ao pagamento de serviços prestados.

Conquanto regularmente citada, a ré não respondeu à demanda dentro do prazo que lhe foi conferido. Assim, deve se submeter aos efeitos da revelia, nos termos do ar. 344, do CPC. *In verbis*: "Se o réu não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor".

Ficando incontroversos os fatos alegados na petição inicial, resta apenas a análise quanto ao direito da parte autora, o que deve ser feito, já que a revelia não induz, necessariamente, à procedência.

Fica devidamente comprovada a relação jurídica entre as partes com os



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

documentos juntados às fls. 21/30. O contrato de prestação de serviços e monitoramento de segurança foi emitido em nome da ré que, como comprovado, não cumpriu com a sua obrigação e está em débito.

A ré teve a oportunidade de se defender, caso a realidade fosse diversa da apresentada, no entanto, manteve-se inerte e não veio aos autos para explicitar outra versão dos fatos.

Em análise da planilha de cálculos apresentados à fl. 03, os valores em aberto estão discriminados., devendo ser decotados os honorários advocatícios e despesas processuais, já que cabe ao Judiciário deliberar a esse respeito.

Ante o exposto, **JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE** o pedido inicial, extinguindo o feito com resolução do mérito, nos termos do artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil, para condenar o réu ao pagamento de R\$2.265,02. Os valores deverão ser corrigidos monetariamente desde a data de cada vencimento, de acordo com a tabela prática do TJSP, além da incidência de juros moratórios de 1% ao mês desde a citação.

Vencida, a parte ré arcará com as custas e despesas processuais, bem como com os honorários advocatícios, que fixo em 10% sobre o valor da condenação.

Com o trânsito em julgado, querendo, a autora deverá apresentar planilha atualizada de seu crédito e requerer, no prazo de 30 dias, o início da fase de cumprimento de sentença, nos moldes do art. 523 e 524 do NCPC, classificando a petição como incidente processual, no momentos do peticionamento eletrônico.

Apresentado o requerimento os autos irão para a fila – processo de conhecimento em fase de execução. Nada sendo requerido, encaminhem-se os autos ao arquivo, sem prejuízo de posterior desarquivamento, a pedido da parte.

P.I.

São Carlos, 27 de abril de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**